

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

QUEM LUCRA COM A FLORESTA?



Área de desmatamento e queimada e vista as margens da rodovia BR 230 no município de Apuí, Amazonas. Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), que será lançado na COP30 sob liderança do governo brasileiro, é apresentado como uma grande inovação na política ambiental global, mas na prática reforça a lógica do capitalismo verde. O mecanismo propõe que governos e empresas privadas façam “pagamentos” a países que preservem suas florestas, convertendo a natureza em ativo de investimento. Sob o discurso de sustentabilidade e cooperação internacional, o fundo opera dentro da lógica de mercado, canalizando recursos privados e transformando a conservação em produto financeiro — uma espécie de commoditização da floresta, agora adaptada à agenda climática global.

Na essência, o TFFF representa a financeirização da natureza em sua forma mais explícita, subordinando biomas e comunidades à lógica do lucro. Ao contrário da retórica de justiça climática usada por Lula em fóruns internacionais, o fundo reafirma a dependência dos países do Sul Global diante dos centros do capital, com decisões controladas por comitês técnicos e investidores estrangeiros. O Brasil, ao assumir o papel de mediador e garoto-propaganda desse novo arranjo, acaba se tornando laboratório da mercantilização verde, promovendo falsas soluções que trocam autonomia ambiental e soberania territorial por rendimentos especulativos travestidos de sustentabilidade. **pág 10**

OCUPAÇÃO ISRAELENSE DESCUMPRE O 'CESSAR- FOGO' E COLOCA DÚVIDAS SOBRE O FIM DO GENOCÍDIO

O chamado “plano de paz” de Donald Trump, que resultou no cessar-fogo em Gaza, consolidou uma nova forma de ocupação colonial sob roupagem diplomática, ao propor a desmilitarização da Faixa, a criação de uma força internacional de “estabilização” sob tutela dos EUA e uma administração tecnocrática controlada externamente

— mecanismos que perpetuam a dominação sobre o povo palestino. Embora o Hamas tenha aceitado a trégua e cumprido as etapas do acordo, Israel violou sistematicamente os termos, realizando bombardeios, bloqueando ajuda humanitária e atrasando a libertação de prisioneiros, enquanto expandia sua presença militar. Nesse

contexto, o governo brasileiro, ao aplaudir o plano de Trump e silenciar diante do genocídio em curso, expôs sua submissão política e alinhamento às potências imperialistas, legitimando um processo que converte o cessar-fogo em instrumento de reorganização territorial e aprofundamento da colonização sionista da Palestina. **pág 6**

GRATIFICAÇÃO FAROESTE:

Movimentos sociais pressionam nas ruas e Governador do Rio de Janeiro anuncia veto. **pág 4**

ENSINO À DISTÂNCIA:

Número de matrículas em cursos EaD supera o de cursos presenciais no Brasil. **pág 9**

INIMIGO DOS TRABALHADORES:

Ministro Luís Roberto Barroso se aposenta após mais de uma década de punitivismo e lavajatismo. **pág 11**

BRASIL POLUIDOR:

Agronegócio manobra para esvaziar o Plano Clima e escancara contradições da COP. **pág 12**

Editorial

Os rumos da luta de classes no Brasil

Após a derrota da PEC da Blindagem, a Câmara dos Deputados, alinhada ao oligopólio da mídia e às grandes coalizões empresariais que operam no Brasil, se lançou ao contra-ataque.

Menos de duas semanas depois das manifestações populares que ocuparam as ruas do país, levando o Senado a arquivar a proposta, o Grupo de Trabalho sobre a Reforma Administrativa, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), trouxe à tona um documento de 520 páginas contendo proposições legislativas que aprofundam a ofensiva contra a estabilidade, a valorização dos servidores públicos e paridade entre ativos e aposentados. Além disso, o texto aponta para a ampliação da entrega de serviços públicos fundamentais ao mercado, através de mecanismos como as terceirizações.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos - PB), já fez diversos anúncios de que o tema é prioridade na sua gestão. Enquanto isso, a imprensa burguesa se encarrega de massificar o assunto nos veículos de comunicação, reforçando a campanha contra os trabalhadores do serviço público.

Diante disso, se faz necessário reforçar o calendário de lutas proposto por entidades sindicais representativas dos servidores e movimentos sociais, bem como organizar a batalha ideológica nos locais de trabalho, não só reagindo à retirada de direitos, mas também pautando a necessidade de novas conquistas, como a jornada semanal de 30 horas para todos os trabalhadores.

Depois de 11 anos sem atualização da tabela do Imposto de Renda, não restam dúvidas da necessidade de ampliar a faixa de isenção, tema que o parlamento foi obrigado a encaminhar para amenizar o desgaste proveniente das sucessivas medidas impopulares que vem adotando e, conseqüentemente, conter a pressão do movimento de massas.

Por outro lado, cabe apontar que a opção consciente do governo Lula-Alckmin por priorizar a isenção de imposto de renda para quem recebe até 5 mil reais por mês em detrimento do fim da escala 6x1 foi o caminho encontrado para conciliar duas demandas, a saber: fazer um aceno às camadas intermediárias e superiores do proletariado, assim como aos estratos inferiores da chamada classe média, e, ao mesmo tempo, preservar a confiança da burguesia, que segue se beneficiando do caráter regressivo do sistema tributário nacional e livre para continuar explorando os trabalhadores por 44 horas semanais.

Mas a obsessão petista com a colaboração de classes não se resume ao terreno doméstico. Mesmo com o tarifaço e as tentativas de interferir no sistema judiciário brasileiro para beneficiar o clã Bolsonaro e as big techs, bastou uma ligação de Donald Trump para Lula afirmar que, na sua relação com o presidente estadunidense, “não pintou química, pintou uma indústria petroquímica”.

Enquanto isso, Trump discursava defendendo o perdão para os crimes do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e admitia publicamente que autorizou operações da CIA na Venezuela.

Há quem chame isso de estratégia. Porém, do ponto de vista dos trabalhadores, qualquer estratégia, para merecer esse nome, precisa, no mínimo, apontar um caminho para derrotar os inimigos, rompendo com a utopia de fazer gestão social e diplomática da barbárie capitalista e imperialista.

Economia

Governo Lula prevê reajuste zero para Bolsa Família em 2026

Mantendo a lógica da meta de déficit zero, o governo federal mantém congelados por mais um ano os valores pagos no Bolsa Família.



Foto: MDAS/Divulgação.

No orçamento do governo federal previsto para 2026, não foi incluída qualquer previsão de reajuste ou ampliação para o programa Bolsa Família. Na verdade, o valor total foi reduzido em R\$ 8,6 bilhões em relação ao previsto no orçamento de 2025, passando de R\$ 167,2 bilhões, naquele ano, para R\$ 158,6 bilhões em 2026.

Segundo o Secretário do Orçamento, Clayton Montes, a previsão orçamentária apresentada garante a execução do programa. O valor médio pago é de R\$ 671,00 por família, com previsão de atender 19,9 milhões de famílias. Contudo, “não há previsão de reajuste no Bolsa Família em 2026” afirmou Clayton.

A questão do reajuste chegou a causar certo mal estar no governo quando, em fevereiro, o Ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou em entrevista a importância de prever reajuste para o valor pago nos benefícios, já que a inflação de alimentos principalmente estava em alta à época.

O Ministro afirmou na ocasião que “mexer no valor do repasse está na mesa”, mas suas declarações causaram desconforto na equipe econômica, e a Casa Civil, chefiada por Rui Costa, emitiu uma nota na qual se afirmava que “não existe estudo no governo sobre aumento do benefício do Bolsa Família. Esse tema não está na pauta do governo e não será discutido”. E de fato o orçamento de 2026, anunciado em 29 de agosto, não prevê reajuste, assim como nos orçamentos de 2024 e 2025 também não houve.

Atualmente, para ter direito ao Bolsa Família a renda por pessoa deve ser de até R\$ 218,00 e o Cadastro Único deve ser mantido atualizado. Além disso, o valor base do benefício é de R\$ 600,00, com possibilidade de benefícios cumulativos a depender do caso:

- R\$ 150,00 por criança de até 6 anos;
- R\$ 50,00 por gestante;
- R\$ 50,00 por jovem entre 7 e 18 anos incompletos;
- R\$ 50,00 por bebê de até 6 meses.

A postura assumida pelo governo é mais uma que reforça a absoluta prioridade com a política austeridade fiscal tocada pelo Ministério da Fazenda, na sua missão de não elevar o gasto primário sob nenhuma hipótese, fazendo o jogo do rentismo. Nesse sentido, não é como se não houvesse alternativa, já que o gasto com juros e amortização da dívida pública vem numa crescente e já chegou no orçamento de 2025 a soma de R\$ 1,6 trilhão, dos R\$ 5,9 trilhões do total. Segundo dados do governo federal, o custo médio do estoque da dívida subiu 11,63% e o Banco Central mantém a taxa básica na casa de 15%.

Desse modo, o governo não coloca em pauta reduzir os privilégios que a elite desfruta como a redução dos juros que remuneram os detentores da dívida pública (29,8% pertencendo à instituições financeiras), ou o volume de recursos destinados ao Plano Safra, que alcançou em 2024 algo em torno de R\$ 400 bilhões somente para a agricultura empresarial.

Outro problema é em relação à exclusão de famílias. O governo confirmou que milhares deixarão de receber a partir deste mês de outubro, sendo que 1,2 milhão já deixaram o programa. A justificativa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, é que a medida se destina a garantir que apenas quem preencha os requisitos receba o benefício. A questão, porém, preocupa especialistas e movimentos sociais por conta do risco de exclusões injustas. Nesse ano de 2025 o número de famílias ficou abaixo de 20 milhões e é o menor desde 2022.

Alguns veículos de mídia contam com a possibilidade de uma “surpresa” por parte de Lula para que seja implementado um aumento no valor do Bolsa Família, em especial por conta da aproximação das eleições de 2026. Contudo, ao que tudo indica, a posição fiscalista tem tido maior prioridade em relação aos gastos sociais.



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Economia

Sem mudanças estruturais na economia, Brasil deve continuar com péssimos empregos

Há décadas, Brasil segue política econômica de juros altos, que favorece principalmente aos banqueiros e encarece o consumo popular. Mudar essa realidade passa por uma profunda transformação produtiva, encampada a partir dos interesses da classe trabalhadora.

A projeção de que a taxa Selic continue em 15% até o início de 2026 acende um alerta sobre o rumo da política monetária brasileira e seus impactos sobre a economia real. A medida, reafirmada pelo próprio presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, é vista por analistas do mercado como necessária para conter pressões inflacionárias e preservar a credibilidade do Banco Central. Entretanto, juros elevados tendem a impor um custo alto ao país, como o encarecimento do crédito e freio ao consumo popular.

A manutenção da Selic em patamares elevados insere-se plenamente no arcabouço neoliberal que estrutura a economia brasileira desde os anos 1990, pautado pela hegemonia do mercado financeiro e pela subordinação das políticas públicas à lógica da acumulação dos grandes bancos e fundos de investimentos bilionários. Tal arcabouço, impõe que qualquer governo, até os democraticamente eleitos, seguem à risca certas medidas de política econômica. Nesse modelo, o Banco Central é retirado das mãos do Poder Executivo, tornando-se “independente” de pressões políticas, onde suas decisões seriam supostamente técnicas.

Ocorre que tais decisões já seguem um consenso político predefinido (obviamente visto como “neutro e técnico” por analistas do mercado financeiro), onde a função não apenas da autoridade monetária, mas do próprio governo federal, resume-se apenas a garantir o atual padrão de crescimento, restringindo-se a qualquer papel de mudança estrutural na economia. Essa “neutralidade técnica” é, na prática, uma forma de despolitizar decisões que são profundamente ideológicas e defendem o interesse dos grandes empresários. A luta contra o arrocho monetário, nesse sentido, é também uma luta pela democratização da economia e pela emancipação do trabalho frente à lógica excludente do neoliberalismo.

É importante ressaltar que este padrão determina quais empregos serão gerados, se iremos precisar de médicos, engenheiros, físicos, cientistas, ou se nossa classe trabalhadora terá apenas a oportunidade de empregos massacrantes na escala 6x1, sem contrato de trabalho e mal pagos. Assim, romper com essa lógica é condição essencial para a construção de uma economia capaz de gerar bons empregos formais e bem remunerados. Isso exige recolocar o Estado como planejador e indutor do desenvolvimento, articulando crédito público, investimento produtivo e política industrial soberana. Um



Nomeado por Lula, o atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, mantém a mesma política de seus antecessores. Foto: José Cruz/Agência Brasil

projeto de transformação estrutural deve superar a hegemonia dos grandes bancos como eixo da política econômica e substituir a austeridade pelo da expansão orientada à emancipação social e não apenas à acumulação infinita de lucros.

É com essa perspectiva que, mesmo com a taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, a popularidade do governo Lula é instável em alguns setores da classe trabalhadora. Quais empregos estão sendo gerados? Muitos são informais que sequer pagam um salário-mínimo, sendo apenas verdadeiros “bicos” com péssimas condições de trabalho.

A manutenção da Selic em níveis estratosféricos se insere, portanto, no coração do projeto neoliberal que rege a economia brasileira. Trata-se de um padrão de acumulação baseado na financeirização, no arrocho fiscal e na compressão do trabalho, que transforma o Estado em garantidor dos lucros do capital e enfraquece sua capacidade de promover industrialização e um desenvolvimento social sustentável para os milhões de trabalhadores interessados.

Assim, após décadas de governos petistas e tucanos, que continuaram com essa lógica, a consequência é a perpetuação de uma economia dependente, desindustrializada e incapaz de gerar empregos formais e bem remunerados. Portanto, mesmo o crescimento do salário-mínimo e redução do desemprego não são suficientes para garantir a estabilidade da popularidade do governo Lula. A gran-

de maioria do proletariado percebe as limitações do projeto petista, incapaz de romper com o arcabouço de política econômica neoliberal, o qual se demonstrou incapaz de superar diversos desafios estruturais no Brasil.

Estrutura produtiva deve mudar para alterar a política monetária

Todavia, a atual política monetária é apenas a expressão mais transparente do caráter estrutural de dependência da economia brasileira a outros centros econômicos do capitalismo global, como os Estados Unidos. Um dos efeitos dos juros altos é facilitar que o Real não sofra ataques especulativos contra o Dólar, cujo efeito é controlar o preço dos alimentos, os quais têm sua oferta controlada majoritariamente por grandes latifúndios no Brasil, que efetivamente preferem exportar grande parte de sua produção do que garantir alimentação para milhões de brasileiros.

Inclusive, o controle da oferta de alimentos de grandes produtores rurais foi posto em evidência durante a guerra tarifária iniciada pelo presidente dos Estados Unidos, com muitos latifundiários queimando evitando vender alimentos mais baratos para o mercado brasileiro para não derrubar o preço de suas mercadorias. A lógica de acumulação, guiada pelo lucro e pela propriedade privada dos meios de produção, tende a reverter qualquer tentativa de pla-

nificação social e redistribuição de poder econômico.

Portanto, mudar a política econômica sem alterar a estrutura produtiva é tarefa impossível. O modelo de juros altos e de austeridade fiscal é funcional a uma economia primário-exportadora e financeirizada, que depende de capitais de curto prazo e da exportação de commodities para manter-se minimamente estável. Enquanto o país permanecer preso a esse padrão, qualquer tentativa de reduzir a Selic de forma sustentada enfrentará resistência dos agentes financeiros e risco de fuga de capitais. É preciso, nesse sentido, reestruturar o aparato produtivo, retomando a industrialização sob bases tecnológicas próprias e orientadas ao consumo dos trabalhadores, para que a política monetária possa se libertar da chantagem permanente do capital especulativo.

Essa reconfiguração produtiva passa por fortalecer setores estratégicos, como energia, tecnologia da informação, infraestrutura e alimentos, e articular um sistema de crédito público voltado ao investimento produtivo e à geração de empregos. Somente com uma base produtiva sólida e diversificada será possível sustentar um crescimento com juros baixos, sem o temor constante de desequilíbrios externos ou pressões inflacionárias importadas. Um Estado planejador e soberano deve coordenar esse processo, combinando política industrial, inovação e integração regional, de modo a romper com o círculo vicioso da dependência e inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento autônomo.

Um projeto de um Brasil socialista, que se pretenda justo e autônomo, não pode se submeter à lógica rentista que transforma o orçamento público em fonte de lucro para poucos e o sufoca de possibilidades para muitos. Recuperar a capacidade de planejar, investir e gerar prosperidade compartilhada é a única saída para romper com o impasse histórico de um Brasil aprisionado pelo capital financeiro e condenado à estagnação.

É necessário a socialização dos setores estratégicos da economia e a democratização do poder político para colocar o planejamento econômico a serviço das necessidades populares, e não dos interesses do capital. Apenas com o poder nas mãos da classe trabalhadora será possível construir uma política monetária e produtiva voltada ao desenvolvimento soberano, à igualdade social e à libertação nacional.

Segurança Pública

Movimentos realizam ato no RJ contra “Gratificação Faroeste” e Governador anuncia veto

O ato, realizado como resposta à aprovação da “Gratificação Faroeste” pela ALERJ, parou o trânsito em direção ao Palácio Guanabara. Após pressão das ruas, intensificada por questionamentos da Defensoria Pública, MPF e STF, Castro anunciou recuo.



Foto: Jornal O Futuro

Por Gustavo Pedro

Em resposta à aprovação do retorno da “Gratificação Faroeste” pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), um conjunto de movimentos de familiares de vítimas da violência do Estado, de juventudes e de partidos políticos realizou, no dia 14 de outubro, uma marcha em direção ao Palácio da Guanabara.

Entre as principais demandas do ato, estava destacada a necessidade de revogação imediata da bonificação por mortes que foi aprovada para policiais civis no Estado. A nova “gratificação faroeste” estabelecia o pagamento de um bônus que poderia variar de 10% a 150% sobre os vencimentos dos agentes de segurança.

Buscando responder às críticas levantadas pelos movimentos populares e partidos de esquerda e do campo progressista, deputados da base do Governo de Cláudio Castro (PL) passaram a se movimentar na ALERJ, visando garantir uma extensão das gratificações também aos policiais militares. Sem aceitar recuos, a tática da extrema-direita no parlamento fluminense seguiu a linha de “dobrar a aposta”.

Contudo, em entrevista concedida no dia 20 de outubro, Cláudio Castro anunciou, após sofrer pressões em diversos níveis – que vinham das ruas, de especialistas em segurança pública e do judiciário –, que vetará a proposta.

A pressão das ruas

A concentração do ato de 14 de outubro foi organizada no Largo do Machado, no bairro do Catete, e foi marcada pela leitura do Manifesto das vítimas da política genocida de Cláudio Castro: Chega de sangue!, construído e impulsionado por dezenas de organizações políticas, parlamentares, entidades estudantis e coletivos de luta antirracista.

Não se atendo apenas à luta contra o retorno da política de gratificação por mortes que havia, entre os anos de 1995 e 1998, dobrado a média de mortes mensais em ações policiais

no Estado, a leitura do manifesto e as falas dos representantes das organizações buscaram denunciar a política de extermínio vigente nas periferias e favelas do Rio de Janeiro. Palavras de ordem pautando o fim das chacinas e da polícia militar eram repetidas ao final de cada uma das intervenções que denunciavam a letalidade policial contra jovens negros.

Foram lembrados os casos das execuções, perpetradas por agentes do Estado, de jovens como: Kathlen Romeu, que estava grávida, aos 24 anos, quando foi morta pela PM no Complexo do Lins enquanto passeava com a avó; Thiago Menezes, de 13 anos, que foi executado enquanto estava caído no chão, após ser baleado na perna durante manifestação na Cidade de Deus; João Pedro, morto dentro da casa de seu tio, no Salgueiro, em São Gonçalo, aos 14 anos; e Ágatha Félix, morta aos 8 anos, dentro de uma Kombi, durante operação da polícia militar no Complexo do Alemão.

Ganhou destaque, entre as diversas falas, o caso de Herus Guimarães, jovem morto a tiros pelo BOPE em meio a uma operação policial que invadiu uma festa junina no morro Santo Amaro, no Catete, mesmo bairro onde se concentrava o ato. O depoimento de sua tia, realizado no dia seguinte à data em que o jovem completaria 25 anos, buscava lembrar que a favela é lugar de gente trabalhadora e que essa guerra seguia destruindo famílias como a dela, emocionando a todos os presentes.

Após a intervenção da familiar de Herus, na última fala realizada no momento de concentração do ato, foram entoadas por todos os presentes as palavras de ordem “Chega de matança, o Cláudio Castro é assassino de criança!” e “Marielle perguntou, eu também vou perguntar! Quantos mais tem que morrer pra essa guerra acabar?”.

Encerrado o momento da concentração, os manifestantes se posicionaram na via, fechando parcialmente o trânsito, para seguirem em marcha pela rua lateral ao Largo do Machado até o Palácio Guanabara, sede oficial do Governo

do Rio de Janeiro. A PMERJ realizou um cerco ao Palácio, visando defender seu comandante de quaisquer questionamentos sobre sua política de fortalecimento da máquina de guerra do Estado contra os trabalhadores moradores de favelas e periferias. O ato foi encerrado às 19 horas, em frente à sede do governo.

Questionamentos no judiciário e o recuo de Castro

Apesar da circulação de rumores, em meio a parlamentares, sobre uma suposta intenção de Cláudio Castro em vetar a proposta, aprovada em 23 de setembro na ALERJ, o Governo do Estado demorou praticamente um mês até apresentar uma posição sobre o tema. O período de silêncio vinha sendo utilizado como elemento para avaliar a reação pública ao tema.

Enquanto isso, se acumulavam os posicionamentos contrários à gratificação emitidos pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público Federal e diversos juristas ouvidos por jornais da imprensa burguesa e da imprensa popular. O STF, no dia 16 de outubro, também cobrou explicações sobre a medida, no âmbito do processo da ADPF Favelas.

A denúncia da inconstitucionalidade da medida, para além do agravamento da política de extermínio já vigente, seguiu ganhando tração no debate público desde a sua aprovação na ALERJ. O anúncio do veto por Cláudio Castro, que atinge a proposição de sua própria base aliada, buscou direcionar suas críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, recentemente, havia considerado inconstitucional uma gratificação concedida, através de emendas parlamentares, aos policiais penais no Estado.

Tendo perdido a batalha da opinião pública – e avaliando que restavam poucas margens para uma reversão que auxiliasse em disputas judiciais contra tribunais superiores, como a extrema-direita vem fazendo de forma recorrente no país –, restou ao Governador apenas o recuo envergonhado.

Segurança Pública

PL 1283/2025: um novo ataque imperialista disfarçado de projeto de segurança pública

Formulado para enquadrar facções como PCC e CV como terroristas, o PL 1283/2025 aprofunda a militarização da segurança pública e reforça a ingerência dos EUA no Brasil.

Desde março de 2025, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1283/2025, que propõe alterações na Lei Antiterrorismo. De autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), o texto amplia as motivações do crime de terrorismo, prevê o aumento das penas quando esses crimes forem praticados em meio cibernético e, sobretudo, estende a aplicação da lei a organizações criminosas e milícias privadas que realizem atos considerados terroristas. Na prática, facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) poderiam ser enquadradas como organizações terroristas.

A proposta surge no contexto de pressões de autoridades dos Estados Unidos, que, em visita ao Brasil em maio, sugeriram a adoção de medidas nesse sentido. À época, o governo brasileiro recusou a ideia, alegando que as facções nacionais têm caráter essencialmente econômico e não se enquadram nos critérios de motivação religiosa ou de ódio previstos pela legislação anti-terrorismo vigente.

Fracassada a pressão diplomática direta, parlamentares da extrema-direita brasileira, cumprindo o papel de porta-voz dos interesses estadunidenses, impulsionaram o projeto e aprovaram sua tramitação em regime de urgência. Na exposição de motivos, o texto do PL cita nominalmente o presidente estadunidense Donald Trump como exemplo de liderança que classificou “cartéis e outras organizações criminosas” como terroristas, sob o argumento de que representariam uma ameaça à segurança nacional. Curiosamente, o documento ignora como outros países tratam a questão.

A extrema-direita como braço político do imperialismo

A influência de figuras da extrema-direita e sua aproximação com a agenda do governo Trump são visíveis ao longo da tramitação do PL. Na visita de representantes do governo ianque ao Brasil, em maio, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reuniu-se com Ricardo Pita, conselheiro da Secretaria de Assuntos do Hemisfério Ocidental dos Estados Unidos, para tratar do combate ao crime organizado no país. Na ocasião, Bolsonaro — então presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado — apresentou um dossiê que associava as ações de facções criminosas a práticas terroristas, alinhado ao argumento central do projeto.

No mesmo período, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio

Castro (PL), viajou a Nova York, onde se encontrou com representantes da Agência de Repressão às Drogas (DEA). Após a reunião, passou a defender publicamente a equiparação entre tráfico de drogas e terrorismo, ecoando o discurso de segurança estadunidense.

Em agosto, o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) — ex-diretor da Abin e atualmente condenado a 16 anos de prisão pelo STF no julgamento dos atos golpistas de 8 de janeiro —, na condição de relator, conduziu o parecer favorável que levou à aprovação do projeto na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara. Em seu relatório, Ramagem faz referência aos atentados de 11 de setembro de 2001, ressaltando a “necessidade de cooperação internacional” no combate ao terrorismo — argumento frequentemente usado para justificar políticas de alinhamento com Washington.

Atualmente, o PL encontra-se sob análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cuja relatoria foi inicialmente atribuída ao deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). O parlamentar, porém, anunciou a intenção de transferir a relatoria ao deputado licenciado Guilherme Derrite (PP-SP), atual secretário de Segurança Pública de São Paulo. Derrite já manifestou apoio integral à proposta, alegando que “o crime organizado há muito tempo atua com práticas terroristas e precisa ser tratado como tal”.

Interesses estratégicos dos EUA e o risco de ingerência externa

Especialistas ouvidos pela Agência Pública alertam para o potencial de ingerência estrangeira que o projeto pode abrir. O ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão avalia que a proposta parte de uma “falsa compreensão do que seja terrorismo”, criando brechas para intervenções internacionais na segurança interna do país.

Nesse contexto, o enquadramento de grupos brasileiros como “terroristas” poderia oferecer a Washington um pretexto jurídico e político para aplicar sanções econômicas ou até mesmo realizar ações militares, sob o argumento de combater o terrorismo.

A pressão pela classificação de organizações ligadas ao tráfico como terroristas não se limita ao Brasil: faz parte de uma estratégia continental. O exemplo mais evidente são os recentes exercícios militares e ataques conduzidos pelos Estados Unidos contra a Venezuela, no mar do Caribe, que resultaram



Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro carregando uma enorme bandeira dos EUA em ato na Avenida Paulista, em SP, no 7 de Setembro. — Foto: Nelson Almeida/AFP

em cinco ofensivas e ao menos 27 mortos — todas elas direcionadas contra embarcações civis que se encontravam na região. Em todas essas ações, o governo estadunidense alegou combater “cartéis de drogas”, sem, contudo, apresentar evidências que sustentassem tal justificativa.

Como explica o juiz Marcelo Semer, ex-presidente da Associação Juizes para a Democracia e magistrado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), “não sejamos ingênuos: tratar todos como terroristas vai facilitar, e muito, a posição dos Estados Unidos, que se arroga o papel de polícia universal para realizar atos de intimidação como esses que ocorrem hoje nas proximidades da Venezuela”, afirmou à Agência Pública.

A contradição é gritante. Os Estados Unidos figuram como a principal lavanderia do narcotráfico global, abrigando entre 20% e 30% dos fluxos ilícitos mundiais, segundo estimativas de organismos internacionais. Ainda assim, o país mantém a retórica de combate ao tráfico, agora reeditada sob o rótulo de “narcoterrorismo”, um discurso utilizado desde o fim da Guerra Fria para justificar o controle político e militar sobre países da América do Sul.

Com o acirramento das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, torna-se evidente a tentativa do império ianque de reafirmar sua hegemonia sobre o continente, em continuidade à velha Doutrina Monroe. Nesse cenário, a instrumentalização do narcoterrorismo funciona como a ponta de lança dessa nova etapa de dominação.

Falta de proposta real de segurança pública e omissão do governo Lula

O autor do PL 1283/2025, deputado Danilo Forte, defende que penas mais duras “criarão um ambiente de maior temor” entre as organizações criminosas, desestimulando a prática de delitos. Contudo, especialistas apontam que a proposta não enfrenta as causas estruturais da criminalidade organizada, como a falta de inteligência investigativa, a desregulação de mercados e o papel do sistema financeiro na lavagem de capitais.

A simples mudança de enquadramento jurídico não altera a lógica da guerra às drogas — política que há décadas perpetua o encarceramento em massa e o extermínio da juventude negra nas periferias. Ao contrário, pode reforçar o uso da força e a militarização da segurança pública.

Apesar de ter resistido inicialmente às pressões de Washington, o governo Lula hoje mantém silêncio sobre o tema. Quanto às possibilidades de resistência à proposta, deputados da base afirmam, sob anonimato, que “não há orientação alguma, por enquanto”. Diante da magnitude dos riscos trazidos por esse projeto — que representa não apenas mais um capítulo da política de extermínio em curso, mas também um ataque direto à soberania nacional —, a inércia do Palácio do Planalto soa como um alerta grave.

Internacional

Ocupação israelense descumpre o 'cessar-fogo' e coloca dúvidas sobre o fim do genocídio

Ao aceitar o cessar-fogo e descumpri-lo logo em seguida, a ocupação israelense acabou desmascarada: o Hamas cumpriu o acordo, enquanto Israel mostrou ao mundo que não cessará o genocídio por livre vontade.

O plano de 20 pontos do presidente americano Donald Trump, que deu origem ao acordo de cessar-fogo, originalmente previa uma trégua imediata, a libertação de prisioneiros e a retirada gradual das tropas israelenses de Gaza. No entanto, ele também estabelecia a desmilitarização de Gaza, a criação de uma zona livre de “radicalização e terrorismo” e a implementação de uma força de ‘estabilização internacional’, uma verdadeira reorganização da forma de dominação colonial na Palestina, composta por países árabes e ocidentais, com supervisão dos EUA. Além disso, propõe a formação de uma administração temporária em Gaza, composta por tecnocratas sob supervisão internacional, até que a Autoridade Palestina assumisse o controle total.

O Hamas respondeu oficialmente após consultas internas e diálogos com facções palestinas e mediadores internacionais. Em comunicado, o movimento declarou apoiar o fim da guerra, a troca de prisioneiros e a criação de um órgão administrativo neutro em Gaza, desde que a transição ocorresse por consenso nacional palestino e com respaldo árabe e islâmico. O grupo também aceitou negociar, por meio de intermediários, as condições logísticas da libertação dos reféns, ressaltando a necessidade de garantir segurança e viabilidade humanitária durante o processo.

Embora tenha sinalizado abertura para o acordo, o Hamas manteve sua posição sobre dois temas considerados inegociáveis: o desarmamento e o reconhecimento formal de Israel. A liderança do grupo defende que essas questões extrapolam o escopo de uma trégua e dizem respeito à ocupação e ao direito de resistência, princípios que, segundo o próprio movimento, definem sua existência política.

Na prática, a resposta do Hamas retirou de Israel o monopólio da decisão e transferiu o peso político da continuidade do conflito. Ao aceitar o cessar-fogo em seus próprios termos – centrado na devolução dos reféns e na criação de uma autoridade administrativa palestina independente – o grupo forçou a continuidade das negociações sob supervisão internacional e criou um impasse diplomático que expôs a diferença de abordagem entre as partes.

Ainda em meio ao período das negociações de paz, o governo brasileiro demonstrou, mais uma vez, sua vacilação em relação ao tema do genocídio do povo palestino. Durante o período, o chanceler brasileiro Mauro Vieira afirmou que o governo brasileiro vê com bons



Soldados israelenses em território ocupado na Cisjordânia durante o período de vigência do acordo de cessar-fogo. Foto: Reprodução / AFP.

olhos o plano de paz de Trump – que, na época, ainda contava com as referidas cláusulas leoninas de ocupação neocolonial, desarmamento e fragmentação territorial. Declarou:

“O Brasil está acompanhando, e somente ontem, no final da tarde, tomamos conhecimento de todos os detalhes do plano que foi lançado. E, sem dúvida nenhuma, vamos aplaudi-lo publicamente, possivelmente ainda no dia de hoje.”

Em 06 de outubro, o presidente Lula (PT) divulgou em nota que fez contato telefônico com Donald Trump, que descreveu como “oportunidade para a restauração das relações amigáveis de 201 anos entre as duas maiores democracias do Ocidente”.

No dia seguinte, efeméride de dois anos da Operação Tempestade Al-Aqsa, o Senado Federal foi palco de uma sessão solene “em homenagem às vítimas dos ataques de 7 de outubro de 2023, em Israel”, evento lamentável imposto pelo lobby sionista na casa. Na ocasião, o dirigente do PT-BA e apologista de Israel de longa data, Jaques Wagner, afirmou que o Hamas deveria ser exterminado. Chamou as operações conduzidas pelo Hamas há dois anos de “covardes”, e afirmou ser diferente o Estado de Israel do governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu: “O Hamas tem que ser exterminado, mas o governo de Israel, não. Hoje é um, amanhã será outro”.

O evento foi palco para que elementos da extrema direita, que partilham das concepções ideológicas de Wagner sobre o tema da Palestina, se pronunciassem em termos mais enérgicos. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou ser “vergonha ver o Brasil se posicionar

dessa forma” e disse que “se o Hamas baixar as armas, acaba a guerra; se Israel baixar as armas, acaba o Estado de Israel”, enquanto o senador Jorge Seif (PL-SC) classificou a operação como um “massacre frio e calculado de civis desarmados” e afirmou que “a neutralidade diante do genocídio em potencial é a escolha do opressor”.

Na contramão da verborragia vociferada pelos sionistas brasileiros, já na vigência da primeira fase do cessar-fogo mediado por Donald Trump, o Hamas cumpriu integralmente as etapas previstas no acordo, incluindo a devolução de reféns e de corpos de israelenses mortos. O grupo também concentrou esforços em operações internas de segurança contra facções armadas treinadas e apoiadas por Israel na Faixa de Gaza, como a milícia liderada por Abu Shabab, em Rafah. Enquanto isso, as Forças de Defesa de Israel mantiveram operações militares em diversas regiões, contrariando os termos da trégua.

Ainda, foi noticiado na primeira semana de cessar-fogo que Israel havia violado o acordo ao menos 47 vezes, com ações que resultaram em dezenas de mortos e centenas de feridos palestinos. Entre as violações estão bombardeios em áreas designadas como seguras, a restrição à entrada de ajuda humanitária e o fechamento da passagem de Rafah. Também foram registrados casos de disparos contra civis palestinos que se aproximaram da chamada “linha amarela” – zona de segurança mencionada no acordo, mas sem demarcação precisa. Na prática, a zona vem sendo utilizada como terra de ninguém, na qual os soldados israelenses disparam despidamente contra os civis e refugiados.

Além das ofensivas, Israel atrasou a liberação de prisioneiros

e a devolução de corpos palestinos. Quando os cadáveres foram entregues, apresentavam sinais de queimadura e mutilação, segundo fontes locais e observadores internacionais, bem como ausência de membros do corpo e órgãos. As autoridades israelenses não comentaram as denúncias sobre as condições dos corpos.

As violações se inserem em um plano mais amplo de controle permanente sobre Gaza. Há, sobre a mesa, propostas de implementação de um modelo colonial que dividiria Gaza em zonas sob administração direta das FDI e áreas habitadas sujeitas a severas restrições.

Organizações de resistência palestina, como a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), denunciaram essas propostas, nas quais a ajuda humanitária e a reconstrução seriam condicionadas a exigências políticas. Essas iniciativas violam os direitos do povo palestino, ameaçam a unidade do território e contrariam até mesmo os termos da proposta norte-americana, que previa supervisão internacional e participação palestina na implementação do cessar-fogo.

A Frente enfatizou que a reconstrução, a reabertura das passagens fronteiriças – especialmente a de Rafah – e o fornecimento de suprimentos essenciais são direitos humanos básicos, e não instrumentos de chantagem política. O grupo defende que quaisquer arranjos temporários devem respeitar a supervisão palestina e internacional, com prazos claros e definidos, garantindo a unidade da Faixa de Gaza e a autodeterminação do povo palestino.

O relatório, publicado em abril de 2025, defende que Israel mantenha o controle total da segurança e dos pontos de entrada e saída da Faixa, incluindo a passagem de Rafah e o Corredor Filadélfia. O texto também prevê a reconstrução de áreas específicas, destinadas a grupos considerados colaboracionistas, como forma de apresentar uma imagem de “reconstrução seletiva” e “desradicalização” da região.

Na prática, as ações durante o cessar-fogo refletem a aplicação progressiva desse plano. Enquanto o Hamas manteve a trégua e redirecionou esforços para conter grupos armados locais, Israel aproveitou o período para expandir sua presença militar e consolidar zonas sob controle direto. A combinação de violações ao acordo e avanço territorial reforça que o governo israelense utiliza o cessar-fogo como instrumento tático de reconfiguração in loco de sua guerra de extermínio, e não como compromisso efetivo amparado pelos acordos.

Luta ideológica

O multipolarismo e a ONU: a falácia da cooperação internacional e o real significado do Estado-nação

Após a Segunda Guerra, organismos como a ONU mascararam a dominação imperialista sob o discurso da paz; só o socialismo pode garantir verdadeira liberdade e cooperação entre os povos.

O mundo pós 2ª Guerra Mundial foi testemunha do surgimento de uma série de organismos internacionais que se passavam como órgãos de garantia da paz, mas que serviam como palco de combate entre os interesses opostos das grandes potências imperialistas, por um lado, e do bloco socialista, por outro. O mais notável desses organismos segue existindo até hoje, a Organização das Nações Unidas (ONU).

Para além do discurso e de tentativas ilusórias da busca pelo desenvolvimento da humanidade, desde o início caberia aos comunistas denunciarem a hipocrisia inerente à mistificação pequeno-burguesa da “paz duradoura” sob a tutela desses organismos, mas essa tarefa foi abandonada pelo giro estratégico das frentes populares e pela dissolução da Internacional Comunista e enterrada de vez com a estratégia da “coexistência pacífica” a partir do XX Congresso do PC da União Soviética. Ainda em 1950, o Conselho de Segurança da ONU deu seu aval para a Guerra da Coreia, defendendo as forças anti-comunistas do Sul do país contra os revolucionários que foram os principais responsáveis pela libertação do jugo japonês. Instituições surgiram como mecanismos para coordenar as disputas interimperialistas e garantir as “regras do jogo” da ordem capitalista global, legitimando a hegemonia, principalmente do imperialismo estadunidense, frente às suas concorrentes. A hegemonia do “pacifismo” e do “humanismo”, inclusive entre os comunistas, revelava e reproduzia a correlação de forças negativa para os trabalhadores no pós-Segunda Guerra, que só começou a ser rompida, mesmo assim com limites, com os processos de libertação nacional na Ásia e na África. A presença dos países socialistas só foi tolerada a partir de 1955, em sua maioria, com bases em critérios arbitrários e que só serviam para manter a capacidade dos países capitalistas em sustentar sua diplomacia contra os trabalhadores sem grandes disputas.

Depois da contrarrevolução nos anos 1990, qualquer sopro de equilíbrio de forças se esvaiu imediatamente. Uma das mais grotescas provas do novo momento “unipolar”, de hegemonia praticamente inabalada dos EUA, cuja expressão militar

era a aliança imperialista militar da OTAN, foi o bombardeio a Sarajevo e a partilha dos territórios da Iugoslávia. Mas as contradições internas do próprio sistema capitalista-imperialista não cessam e não se configuram nunca de maneira unilateral. O desenvolvimento de novas potências regionais, no quadro do capitalismo monopolista, necessariamente levaria – como levou – a disputas em torno de mercados, territórios, força de trabalho e exportação de capitais.

Duas visões aparecem no seio do movimento operário internacional já no final do século XX e se apresentam como “vias” de combate ao unipolarismo representado pela aliança entre EUA e União Europeia, amalgamados militarmente pela OTAN: a primeira era o conceito de multipolarismo; a segunda, a retomada da revolução socialista como saída.

O “multipolarismo” vem sendo defendido insistentemente por diversas perspectivas oportunistas em nível mundial há décadas. Sua visão pode ser resumida como a ilusão de que, no cenário de potências emergentes – particularmente a Rússia e a China –, um “novo equilíbrio” se estabeleceria, e isso “retornaria” o mundo a um momento de paz mundial e de dissuasão aos interesses imperialistas do bloco EUA-UE-OTAN, mediado pelo direito internacional e pelos espaços da ONU. Essa visão é falsa por pelo menos dois motivos. O primeiro é que desconsidera completamente que a correlação de forças da ONU no pós-Segunda Guerra tinha um caráter de classe absolutamente diverso do que será com o avanço dessas potências: enquanto nos anos 1950 e 1960, havia o bloco dos países socialistas como representantes do proletariado como polo dessa disputa, contra um polo imperialista, o que temos hoje é a disputa por um lugar mais privilegiado e destacado na cadeia imperialista global. O segundo, mais profundo, é a crença de que a disputa por mercados, territórios e exportação de capital, ou seja, a disputa interimperialista pode ter uma solução “positiva” para os trabalhadores se não houver um processo de revolução social liderada para o proletariado, ou seja, se for resolvida em novos “equilíbrios” precários de força entre os países capitalistas.

A outra visão, que julgamos correta, é exatamente a estratégia socialista revolucionária, isso é, que a saída para o atual quadro de guerras, sofrimento e pauperização das massas trabalhadoras não será alcançada depositando esperanças nas forças burguesas de qualquer lado, mas na própria organização da classe trabalhadora em luta. Se entendemos, como Lênin apontou ainda em 1917, que estamos na fase imperialista do capitalismo, isso é, sua fase monopolista, não há como romper com o imperialismo sem romper com o próprio capitalismo; não há, portanto, qualquer saída “anti-imperialista” que possa ser conjugada com o apoio a nenhuma burguesia, de nenhum país.

Onde, no entanto, entra a questão dos Estados-nação, que são a base para uma miríade de “organismos internacionais”, como a ONU? As nações como as conhecemos hoje são uma forma específica de organização da superestrutura da sociedade que surge com o capitalismo, em sua fase de ascenso. A burguesia como classe revolucionária pôde reorganizar em outros termos o que, até o feudalismo, havia dividido os diversos povos por sua existência como súditos ou servos. Assim a nação surge, no seio da Europa, como um processo de centralização voltado para as novas necessidades do mercado – o que envolvia também a proteção relativa dos lucros da burguesia de uma ou outra nação. Ao mesmo tempo, produzindo-se como classe dominante, essas frações nacionais das burguesias se engajam em um nível de concorrência entre si, e, para isso, mobilizam cada uma a seu modo as classes dominadas em seu país, criando o nacionalismo como forma ideológica de amálgama entre classes com interesses distintos.

O processo se desdobra e complexifica, sem perder seu conteúdo, quando falamos da fase imperialista do capitalismo, em que “[o]s monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes” deram origem aos “traços distintivos do imperialismo”, como nos diz Lênin, no *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. É por isso

que, para os comunistas, a autodeterminação das nações é um ponto-chave: minando a opressão nacional direta, maiores são as possibilidades do proletariado agir como classe independente e derrotar a sua própria burguesia – como coloca Stálin, em *O Marxismo e a Questão Nacional*.

A burguesia sempre se aproveitará das contradições desse processo para, ela própria, garantir o cabresto na boca dos trabalhadores – e o surgimento de uma camada da aristocracia operária nas grandes potências, que recebe as “migalhas mais generosas” que a burguesia tira da pilhagem colonial, é a demonstração disso. Da mesma forma, nos países dependentes ou mesmo nos países colonizados, utilizará da demagogia falsamente “anti-imperialista” para manter os trabalhadores sob seu controle, enquanto ela própria confraterniza com seus aliados imperialistas. Não há maior exemplo disso hoje do que no conflito entre Israel e Palestina. Sem organizações revolucionárias agindo como a vanguarda do proletariado e buscando unir os trabalhadores no rumo de um Estado único, democrático, laico e socialista, seguiremos reencenando a barbárie de 1947 indefinidamente.

Em todo caso, a existência de organismos como a ONU não passa de engodo imperialista, particularmente na atual correlação de forças. Qual pode ser, afinal, o resultado prático de um organismo cuja Assembleia-Geral já aprovou, desde 1992, 32 resoluções consecutivas contra o embargo criminoso dos EUA a Cuba, mas nada acontece? Ou se observarmos o próprio Conselho de Segurança da ONU, que não autorizou a intervenção militar dos EUA em Granada em 1983, no Panamá em 1989, na já citada Iugoslávia em 1993 e no Iraque em 2003, qual foi a sanção que receberam? Nenhuma.

Para nos livrarmos dessas ilusões, não há outra forma: é preciso assumir a necessidade – e possibilidade – historicamente concretas de que apenas sob o socialismo qualquer nação, qualquer país, qualquer povo poderá desfrutar de uma vida pacífica e desenvolver uma verdadeira cooperação internacional. Esse é o cerne do internacionalismo proletário, elemento fundamental do marxismo-leninismo.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Política

A aposentadoria de Luís Roberto Barroso, inimigo dos trabalhadores

Com histórico lavajatista e punitivista, e representante fiel dos interesses das elites do país, Barroso soube reposicionar sua imagem durante os anos, conquistando a simpatia dos setores social-liberais e governistas.

Com a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), se encerra um ciclo de mais de uma década de atuação marcada por um perfil liberal e um recente progressismo difuso e distanciado das pautas populares. Desde 2013 na Corte, Barroso destacou-se por decisões que buscaram alinhar o Supremo ainda mais aos interesses de elites econômicas e políticas do país, com delimitações pontuais que o separaram dos setores reacionários mais escandalosos após a eleição de Jair Bolsonaro em 2022.

Segundo o último levantamento do Anuário da Justiça, em 2022, o ministro Barroso, em matéria criminal, adotou postura marcada por um punitivismo legalista, menos garantista que Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Pontualmente, acompanhou a maioria da Corte em decisões progressistas emblemáticas, como no julgamento do RE 1.144.736 (Tema 1.049 da repercussão geral), em que o Supremo reconheceu, por 8 votos a 1, que a injúria racial configura espécie de racismo e, portanto, é crime imprescritível.

Foi, entretanto, dentro do STF, o principal representante do projeto político-ideológico da Lava Jato. O ministro atualizou o 'faorismo judicial' da Lava Jato, defendendo em sua prática que o STF, embora não eleito, representaria melhor o 'interesse público' do que o próprio voto popular.

Tal interpretação equivocada do Brasil, lançada por Raymundo Faoro no final dos anos 1950 em seu livro *Os donos do poder*, traz como tese que a corrupção seria a chave que explicaria o fracasso político do país. Essa concepção autoritária, ao penetrar a Corte Suprema, reforçou por muito tempo o papel do Judiciário como poder político independente da soberania popular.

Com efeito, a decisão do STF de 22 de abril de 2021, que declarou a suspeição de Moro no caso do tríplice, simbolizou não apenas o fim da Lava Jato, mas também uma derrota da concepção judicial de Barroso, que via na operação um instrumento de moralização acima das regras democráticas.

Barroso, após isso, foi aguerido entusiasta do chamado "pacote anticrime", de autoria de Sérgio Moro durante o governo Bolsonaro, que ampliava poderes policiais e endurecia penas – medidas que, na prática, aprofundam o encarceramento da juventude negra e pobre. No lançamento de um livro sobre a Lava Jato, do qual redigiu o prefácio, Barroso chegou a elogiar a proposta afirmando ser "importante e



Barroso no 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes, 12 jul. 2023. Foto: Yuri Salvador/UNE

prioritária", e associou a confissão de culpa à salvação espiritual, em tom moralista e punitivista.

Já em matéria trabalhista, integrou a franja do Tribunal mais favorável ao empresariado, ao lado de Fux e Gilmar, em contraste com Rosa Weber e Marco Aurélio Mello, ambos com 75% de votos pró-empregado.

Carta marcada nos jantares promovidos pela burguesia brasileira, Barroso foi criticado por setores populares após ser filmado cantando 'Garota de Ipanema' com o CEO do Ifood, Diego Barreto, no evento de 22 de maio de 2025, cujo anfitrião foi a empresa de delivery, em São Paulo. O evento tinha como motivação uma parceria entre a empresa e uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), presidido pelo próprio Barroso à época.

A aproximação ocorre em um momento em que era incerto o destino da relação de trabalho, e como as empresas de entrega por aplicativo seriam responsabilizadas pelos encargos trabalhistas de seus entregadores, tratados pela lei brasileira como 'colaboradores' dessas corporações. O Ifood era parte interessada em ação que corre no STF, em sede de repercussão geral, que discute precisamente o vínculo empregatício entre as plataformas de delivery e os empregadores, de relator o ministro Edson Fachin.

Ainda, em declarações feitas por Barroso durante o Fórum Esfera Internacional, na França, em 2023, o ministro afirmou que existe no Brasil um "preconceito contra o empreendedorismo" e uma "indústria de reclamações trabalhistas".

O evento foi patrocinado por

uma série de empresas, incluindo a JBS. Os ministros Barroso e Dias Toffoli, que marcam presença em alguns destes eventos, são relatores de diversas ações no interesse da empresa.

Barroso disse ainda que seria necessário "equacionar a imensa litigiosidade trabalhista", sugerindo a criação de restrições ao acesso à Justiça do Trabalho, diante do número de ações em curso – "mais de 5 milhões", segundo o próprio ministro. "Às vezes porque empresários se comportam mal, às vezes porque existe uma indústria trabalhista", declarou.

As falas foram criticadas por entidades sindicais, juristas e movimentos sociais, como um ataque direto aos direitos dos trabalhadores, em constante ataque desde que foi promulgada a Constituição de 1988. Para o ministro, os trabalhadores reclamantes seriam responsáveis pela sobrecarga do sistema judiciário.

Barroso foi, sem dúvidas, um dos ministros mais alinhados à flexibilização de direitos trabalhistas dentro do Supremo. Ele votou, por exemplo, a favor da terceirização irrestrita (como nas ADPFs 324 e RE 958252), permitindo que empresas terceirizassem todas as suas atividades, reduzindo salários e direitos, um ataque que atinge especialmente mulheres e trabalhadores negros e, em diversas ocasiões, defendeu a constitucionalidade de dispositivos da Reforma Trabalhista de 2017.

Muitas vezes autodeclarado um 'humanista', Barroso deixou claro em diversas ocasiões que detém uma concepção tecnocrática do Estado, e que a sua "democracia" se restringe ao funcionamento regular

das instituições, apesar dos interesses das classes trabalhadoras e pobres. Ao intervir na política em nome da moralidade, seu 'faorismo judicial' abriu caminhos para o golpe institucional em 2016, a prisão de Lula e o avanço do autoritarismo militar – dos quais Barroso foi participante ativo.

Na ocasião do voto em favor da prisão de Lula, junto dos ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Alexandre de Moraes, disse que o julgamento era "um teste importante para o sentimento republicano, para a democracia brasileira e o amadurecimento institucional".

Durante os primeiros anos do governo Bolsonaro, adotou a postura de "garantir estabilidade institucional". Em 2020, votou pela legalidade do ensino domiciliar (*homeschooling*), defendido pela base bolsonarista, e apoiou a MP 936, apelidada de "MP da Morte", que autorizava empresas a suspender contratos e reduzir salários em até 100% durante a pandemia. Chegou também a suspender o reajuste salarial dos professores de Minas Gerais, conquistado por meio de greve contra o governo de Romeu Zema (Novo).

Posteriormente, sob o manto do progressismo, Barroso deu roupagens democráticas ao *bonapartismo judicial* que dá tom ao STF, bem aceito por setores do social-liberalismo e do governo. A participação do ministro na abertura do 59º Congresso da UNE (CONUNE), a convite da direção majoritária da entidade (controlada por PT e UJS/PCdoB), ilustrou essa contradição. Durante o evento, foi recebido por diversas organizações não alinhadas à majoritária da UNE como inimigo dos trabalhadores.

Na ocasião, Barroso afirmou "Nós derrotamos a ditadura e o bolsonarismo". A fala demonstra a visão aristocrática do ministro, da qual o judiciário, mesmo não eleito pela soberania popular, é um tutor por excelência das boas práticas políticas, acima dos interesses da classe trabalhadora.

A democracia defendida por Barroso parte de uma concepção de que o Judiciário deve atuar como guardião da ordem capitalista e das restrições à soberania popular. Sua pretensa independência cumpre o papel de mascarar sua subserviência aos setores burgueses que mandam no país. Assim, a prática judicial do ministro durante a última década é a de uma figura que, longe de representar o "progresso", simboliza um autoritarismo judicial que é a ponta de lança do capitalismo monopolista autocrático.

Juventude

Número de matrículas em cursos EaD supera o de cursos presenciais no Brasil

Dados do Censo da Educação Superior apontam que no último ano 50,7% das matrículas no Ensino Superior foram no formato de Ensino à Distância (EaD) e indicam que a expansão da rede privada possui forte ligação com o crescimento do EaD.

Pela primeira vez no Brasil o número de matrículas do Ensino Superior no formato de Ensino à Distância (EaD) ultrapassou o de matrículas presenciais. Dos 10 milhões de estudantes matriculados em 2024, mais da metade se matriculou no modelo de Ensino à Distância (50,7%). Os dados são do Censo de Ensino Superior do ano passado e evidenciaram o crescimento do formato de EaD nos últimos 10 anos. De forma quase umbilical, junto ao crescimento desse modelo de ensino, também houve aumento no número de vagas ofertadas pelas instituições privadas.

O Censo ainda revela que a quantidade de matrículas EaD quase quadruplicou de 2014 a 2024, com um aumento porcentual de 287,7% nesses 10 anos. Enquanto que em 2014 apenas 20% dos matriculados no ensino superior eram do EaD, em 2024 esse número cresceu para cerca de 70%, o que significou um salto numérico de 1,5 milhões para mais de 5,1 milhões de matrículas. Na direção contrária, o número de matrículas no modelo presencial teve uma queda de 23,1% durante o mesmo período. Enquanto que em 2014 aproximadamente 6,5 milhões de matrículas foram no modelo presencial, em 2024 esse número caiu para 5 milhões.

Um dado importante que deve ser levado em conta é o fato de que das 23,6 milhões de vagas ofertadas no ensino superior em 2024, mais de 95% foram ofertadas pela rede privada. Deste número, 18,5 milhões foram ofertadas no formato EaD e apenas 5 milhões no modelo presencial.

Ainda de acordo com o Censo, o país conta com 317 instituições públicas e 2.244 privadas, ou seja, quase 88% das instituições de ensino superior no Brasil pertencem à rede privada. E é exatamente na rede privada que está concentrada a maior parte das matrículas do ensino superior, que é de cerca de 80% das matrículas contra apenas 20% na rede pública.

O avanço das redes privadas e do EaD não acompanham a qualidade do ensino

O crescimento do EaD no Brasil foi impulsionado sobretudo pelo aumento no número de matriculados das redes privadas de ensino, que de 2014 para 2024

cresceu 100,9%, enquanto que as matrículas na rede pública aumentaram apenas 5,3% no mesmo período. Apesar do leve aumento ainda poder soar positivo, ao se comparar anos mais recentes, como 2022 a 2024, os números se tornam negativos e indicam uma queda de 0,6% no número de matriculados no ensino público, enquanto que para as instituições privadas a quantidade de matrículas aumentou em 13,1%.

Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam que a maioria dos diplomas são emitidos por instituições privadas. Para a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) esse aumento das matrículas é sinal de eficiência, mas os dados demonstram o contrário. Por exemplo, o aumento da oferta do ensino EaD associada ao aumento de matrículas nas instituições de ensino superior privadas levanta dúvidas quanto à qualidade dessas formações. No último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), apenas 6 dos 692 cursos avaliados no formato EaD atingiram a nota máxima.

As turmas estão cada vez mais lotadas e professores sobrecarregados

Outro ponto que chama atenção que possui relação com a qualidade do ensino ofertada pelo Ensino à Distância é que o Brasil é o país com a maior taxa de alunos por professor no ensino superior privado. Os dados são do relatório Education at a Glance (EaG) de 2025, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e indicam uma média de 62 estudantes para cada docente, enquanto que a média dos países da OCDE é de 18 alunos por professor. O Inep aponta a superlotação das turmas como um desafio e que tem como uma das principais causas o crescimento do EaD.

“Isso [a superlotação] se dá pela influência do ensino à distância, que já reverbera nas políticas brasileiras, em especial no marco da educação a distância, com o qual a gente espera que sejam superados esses desafios”, disse Christyne Carvalho, coordenadora de Estatística Internacional Comparada do Inep,

que apresentou os destaques do relatório em coletiva de imprensa online.

O marco regulatório do governo se propõe a “reformular” o EaD

O “marco da educação a distância” citado por ela se refere ao decreto baixado pelo governo Lula em maio deste ano e que se propõe a enfrentar esses problemas através da regulação do EaD.

De acordo com o decreto, nenhum curso poderá ser oferecido de forma 100% à distância e o tamanho das turmas estão agora limitados à quantidade de 70 alunos no máximo. Além disso, o marco regulatório define que os cursos de saúde, de Direito e de licenciaturas não poderão mais ser ofertados no modelo à distância.

São comuns os argumentos que defendem o Ensino à Distância como ferramenta que possibilita a ampliação do acesso ao Ensino Superior por estudantes com pouco tempo, que trabalham ou que moram distantes dos centros universitários, por exemplo. Entretanto, isso se dá porque as instituições públicas não garantem políticas de permanência estudantil como bolsas, restaurantes, moradias universitárias, creches ou acessibilidade suficientes e muitas vezes nem possuem campus que ofertam cursos presenciais em regiões mais distantes dos centros metropolitanos. A regulação do EaD não garante a qualidade do ensino e também não garante a absorção da força de trabalho qualificada através dele.

Enquanto isso, o ensino superior da rede pública não atende as demandas de todos os estudantes justamente pelo seu progressivo desfinanciamento. Dados do Observatório do Conhecimento, grupo formado por professores universitários de todo o país, mostram que o investimento federal para ensino superior e ciência diminuiu R\$ 117 bilhões entre os anos de 2014 e 2024.

O cenário é desafiador: enquanto as instituições privadas crescem e enriquecem fornecendo cursos EaD precários, o financiamento das universidades públicas segue em déficit, em um caminho que aponta para a continuidade da privatização do ensino superior no Brasil.

Sindical

Trabalhadores da Casa Bom Samaritano protestam contra abandono em Londrina

Por João Oliveira

No dia 15, cerca de 40 trabalhadores e ex-funcionários da Casa do Bom Samaritano se manifestaram em frente a instituição para denunciar o atraso no pagamento de salários, a falta de verbas rescisórias e o descaso com documentos indispensáveis para o acesso ao seguro-desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O protesto, marcado por faixas e palavras de ordem, foi convocado pelo Senalba – Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Norte do Paraná, que vem acompanhando o caso e denunciando as irregularidades cometidas pela direção da entidade e pelo poder público municipal.

Segundo o sindicato, o problema se agravou após o rompimento do convênio entre a Casa do Bom Samaritano e a Secretaria Municipal de Assistência Social, no final de setembro deste ano. O fim do contrato deixou dezenas de famílias sem renda, enquanto a instituição manteve parte de suas atividades através de outros convênios com a Secretaria do Idoso e com a Secretaria de Educação.

Cerca de 70 trabalhadores atuavam na instituição. Com o encerramento do convênio, 40 foram demitidos, permanecendo sem salários e rescisões, enquanto outros 30 continuam em atividade, também com vencimentos atrasados.

A situação se agrava com o fato de a Casa do Bom Samaritano estar sob intervenção judicial desde o fim de setembro, após decisão da Vara da Fazenda Pública. O interventor nomeado, padre César Braga Neto, havia se comprometido a regularizar os pagamentos, mas, conforme o sindicato, não cumpriu as promessas nem dialoga mais com os representantes dos trabalhadores.

“Tivemos um primeiro contato com o interventor logo após ele assumir. Ele afirmou que colocaria os salários em dia e resolveria as pendências, mas nada aconteceu. Ele não atende mais o sindicato nem os trabalhadores”, relatou o presidente do Senalba, que estava presente no ato.

Com mais de quatro décadas de atuação, a Casa do Bom Samaritano é conhecida em Londrina pelos serviços prestados a pessoas idosas, crianças e pessoas em situação de rua. Entretanto, o que antes era símbolo de acolhimento e solidariedade tornou-se hoje palco de negligência e exploração, consequência direta da precarização das relações de trabalho nas entidades conveniadas ao poder público.

O Senalba anunciou que continuará mobilizado e pretende acionar o Ministério Público do Trabalho para exigir o pagamento imediato dos salários e das rescisões.

O caso expõe mais uma vez o abandono das políticas públicas nas áreas sociais sob a lógica da terceirização e dos convênios, onde o poder público lava as mãos enquanto entidades privadas, religiosas ou filantrópicas assumem funções estatais — às custas da superexploração da força de trabalho.

A mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores da Casa do Bom Samaritano é exemplo de resistência e solidariedade de classe, um passo necessário na luta contra a precarização do trabalho e a privatização dos serviços públicos.

“Mercantilização Verde” da Floresta em Novo Fundo Internacional

Por Lucas Ultracultura

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), que será lançado durante a COP30 – é uma criação do governo federal que propõe que governos e a iniciativa privada façam “pagamentos” a países que garantam a conservação de florestas por meio de “investimentos”. No total, mais de 70 países em desenvolvimento com florestas tropicais poderão receber recursos deste, que pode se tornar um dos maiores fundos multilaterais já criados no planeta.

Para Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, o Fundo “Não é doação, mas uma iniciativa que opera com lógica de mercado, alavancando recursos privados a partir de investimentos diversos.”

Essa iniciativa, liderada pelo governo brasileiro, vem sendo promovida desde a COP28, realizada em Dubai, em 2023, quando o tema foi abordado publicamente pela primeira vez pelo presidente Lula. Embora a ideia de que todos, especialmente os mais ricos, devem contribuir para a preservação do planeta pareça justa, a implementação desse esquema revela que a questão é bem mais complexa.

Além disso, ao contrário do que sugerem os discursos de Lula em fóruns internacionais, não se trata de uma imposição dos que possuem “os recursos” sobre os ricos que detêm o capital. Muito pelo contrário, o TFFF representa a financeirização da natureza em sua forma mais pura: um mecanismo que converte a floresta em commodity, transformando-a em ativo especulativo que circula nos mercados financeiros, enquanto apenas uma fração ínfima dos rendimentos é destinada, como esmola, a projetos de conservação.

Até o momento, além do Brasil, outros cinco países com florestas tropicais integram a iniciativa: Colômbia, Gana, República Democrática do Congo, Indonésia e Malásia. Participam também do processo de fundação do mecanismo cinco países potencialmente investidores: Alemanha, Emirados Árabes Unidos, França, Noruega e Reino Unido.

Esse é mais um exemplo de falsas soluções, dentro do “capitalismo verde”, se assemelha aos mesmos projetos apresentados nos Fóruns Pré-COP30, onde fica evidente que o lucro dos investidores se sobrepõe não apenas às necessidades ambientais, mas também subjuga biomas inteiros e comunidades, transformando-os em meros produtores de recursos e ‘produtos’ ainda com cara de “sustentáveis”.

E mesmo que existam projetos e iniciativas movidas pela boa vontade de pensar o futuro do meio ambiente e a autonomia dos habitantes do Brasil, os recursos serão destinados a ações selecionadas por um comitê técnico com participação do setor privado, responsável por decidir quais merecem financiamento. A pergunta que não quer calar é quais interesses realmente guiarão essas decisões.

Além de o Brasil servir como laboratório dessa nova deturpação neoliberal da conservação ambiental, cabe ao governo atuar como garoto-propaganda e mediador junto a outros países de economias dependentes, sujeitos à exploração dos países imperialistas, incentivando a adesão a esses acordos. Eles incluem o próprio TFFF e também uma coalizão para o mercado de carbono, que submeterá todos os países envolvidos à criação de um limite global de emissões, reduzido gradualmente ao longo do tempo.

Agronegócio manobra para esvaziar Plano Clima e manter Brasil como maior poluidor

Por Guilherme Sá

De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), o agronegócio brasileiro perde apenas para México, EUA e Canadá nas Américas em matéria de emissão. Tanto o metano, fruto do processo digestivo das mais de 238 milhões de cabeças de gado brasileiras, quanto o óxido nitroso (N₂O), advindo do uso de fertilizantes nitrogenados, atribuem ao agro a maior responsabilidade pela degradação climática, fazendo, portanto, recair sobre ele a responsabilidade pelo reequilíbrio da balança. Sem contar que o setor está relacionado com a perda vegetal, que é um dos principais fatores para as mudanças do clima.

No entanto, longe de aceitar passivamente as metas nacionais de redução pretendidas pelo Plano Clima, representantes do agro buscam manobrar para que as propriedades privadas sejam incluídas nas “remoções antrópicas”, noção aplicada para terras indígenas e florestas preservadas. Considerando que estes locais já realizam um trabalho de redução da emissão de gases, o governo brasileiro entende que não há o que cobrar deles.

Assim, o agronegócio busca que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) em suas propriedades sejam incluídas nessa zona de “isenção”, desconsiderando que já são áreas protegidas pelo Código Florestal e, portanto, não são zonas adicionais que estão sendo protegidas, e sim zonas que já devem ser protegidas por lei. Isso impede que sejam incluídas nas metas do Plano Clima, pois a descarbonização só conta pelo que é feito a mais, não pelo que já é obrigação jurídica.

Em carta enviada ao secretário nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Aloisio Melo, o Observatório do Clima denunciou a tentativa do agronegócio de driblar as metas do Plano Clima, abordando ainda sua insuficiência como programa de descarbonização.

Nesse contexto, enquanto o governo federal tenta, através do discurso midiático,

apontar uma suposta luta tenaz contra a crise climática, a realidade escancara as contradições econômicas do Brasil nas disputas do agronegócio em torno da COP.

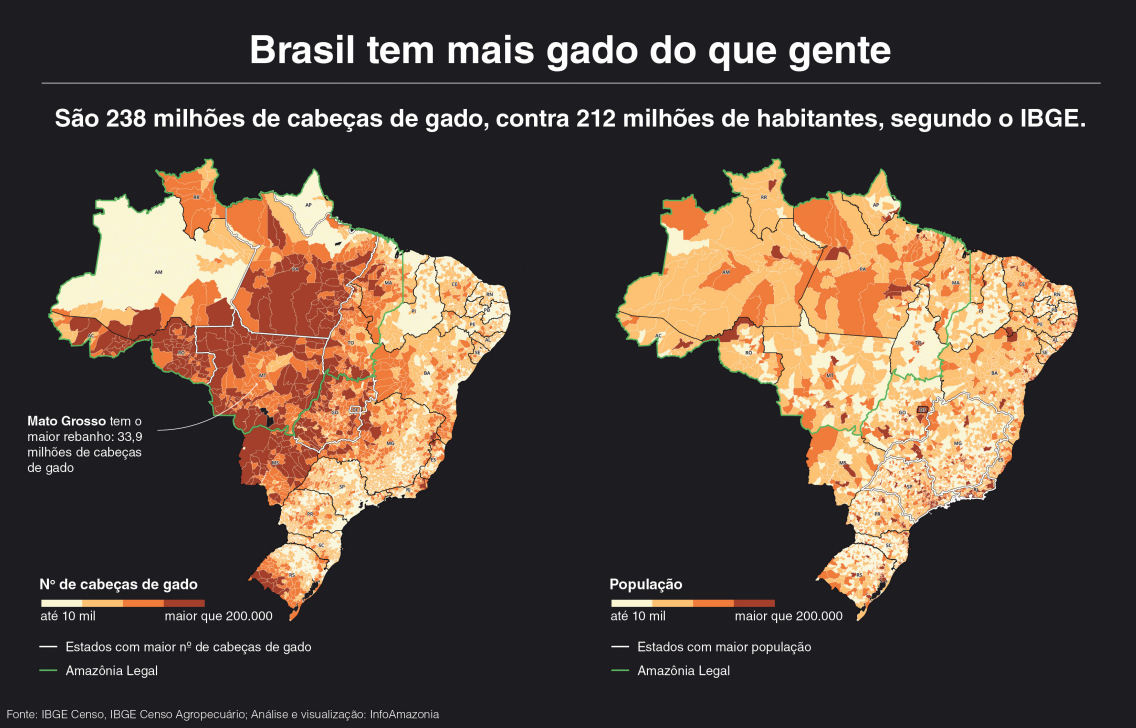
Maior produtora de proteína animal do mundo, a empresa JBS vem atuando significativamente para que qualquer medida que venha a ser adotada na conferência seja flexibilizada, a fim de evitar prejuízos às exportações e aos negócios da empresa.

Movimentando mais de US\$ 12,9 bilhões, a empresa busca projetar uma imagem de exemplo de sustentabilidade na redução de emissões de gases e em outras atividades alinhadas ao Plano Clima. Por trás da encenação, contudo, a empresa opera em locais autuados pelo IBAMA por desmatamento ilegal e com déficits de Reserva Legal, ironicamente na região entre Marabá e Santana do Araguaia, no Pará, estado que sediará a COP.

Em outra frente do lobby organizado pelo agronegócio, a Embrapa busca implementar o sistema de métricas GWP (Global Warming Potential Star), que, por meio de manobras técnicas, classifica os rebanhos brasileiros como emissores “neutros”, isentando-os da necessidade de reduzir as emissões, mesmo quando estas já se encontram em níveis alarmantes.

Seus idealizadores e diversas instituições vinculadas à métrica GWP recebem financiamento da indústria pecuária, em redes que incluem até mesmo a JBS. Sua presença na COP 30 indica não apenas uma tentativa de mitigar prejuízos econômicos, mas de reverter qualquer medida que possa causar impacto real na degradação ambiental.

É nesses termos que a COP 30 se consolida não como solução, mas como parte do problema da crise climática. Enquanto o evento promove a ilusão de um “capitalismo verde”, a realidade expõe seu caráter de vitrine para os interesses do agronegócio, das petroleiras e do capital financeiro internacional. O Plano Clima, nesse contexto, torna-se mais um instrumento de maquiagem contábil.



Agronegócio e Clima

A contradição das Energias Limpas e o potencial perdido da Caatinga

Resultados de 4 estudos demonstram que a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, é capaz de capturar grandes quantidades de gases do efeito estufa. Mas tanto o bioma quanto a população vêm sofrendo com os impactos de empreendimentos de energias renováveis.

Dissemina-se no discurso midiático, governamental e em setores da direita não negacionista a ideia de que a crise climática pode ser resolvida com o simples desenvolvimento de tecnologias de energia renovável. No entanto, superar essa visão requer entender que, por um lado, toda fonte energética gera impactos – diretos ou indiretos, como os efeitos rebote – e, por outro, a mera busca por eficiência se mostra insuficiente quando as soluções permanecem atreladas a uma lógica produtivista e lucrativa, que é um dos pilares do problema.

Embora as emissões de gases do efeito estufa sejam as principais responsáveis pelas mudanças climáticas em escala global, seu perfil varia conforme a região. Diferentemente dos países do Norte global, o Brasil tem suas emissões majoritariamente ligadas ao desmatamento, às queimadas e ao avanço da agropecuária – atividades que, combinadas, respondem por 70% do total nacional, seja pela liberação de carbono do solo ou pelas emissões de metano. Para além desse cenário já conhecido, um novo vetor de impacto ganha força: a expansão da infraestrutura para energias renováveis. A instalação de parques eólicos e usinas fotovoltaicas na Caatinga, dominada por empresas multinacionais, têm alterado as condições ambientais da região de forma severa.

A reportagem de Afonso Bezerra, publicada no Brasil de Fato, sintetiza quatro estudos científicos que revelam a extraordinária eficácia da Caatinga no sequestro de carbono, colocando-a como um bioma crucial no equilíbrio climático brasileiro. O primeiro estudo, da Unesp, demonstra que a Caatinga é responsável pela captura de 50% de todo o gás carbônico do país – desempenho superior até mesmo ao da Floresta Amazônica –, com maior eficiência durante os períodos chuvosos.

Essa característica é confirmada pelo segundo estudo (Costa & La Scala Jr., 2015-2022), que atribui o diferencial da Caatinga à sua “forte resposta ao aumento da disponibilidade de água”. O terceiro, ainda



Foto de placas fotovoltaicas em primeiro plano e cataventos de usina eólica em segundo plano. Foto: Ulgo Oliveira

em fase de conclusão na UEFS, já corrobora esse comportamento, enquanto o quarto, do Observatório da Caatinga (UFCG), conclui que a preservação do bioma é fundamental para assegurar processos naturais essenciais, como a oferta de água, a regulação do clima e o sequestro de carbono, uma vez que “áreas preservadas da vegetação conseguem devolver mais vapor de água para a atmosfera e capturar mais gás carbônico”.

A pesquisadora Moema Hofstaetter, do Observatório da Energia Eólica da UFC, quantifica essa capacidade: aproximadamente 2,5 toneladas de carbono por hectare/ano, mesmo na estiagem. No entanto, é fundamental destacar que essa capacidade de armazenar carbono é um serviço ecossistêmico inestimável, e não uma mercadoria a ser comercializada em mercados de crédito. Apesar de sua importância, menos da metade da extensão do bioma está protegida por lei.

Nesta toada, constata-se que a Caatinga é o bioma mais desmatado do Brasil em termos percentuais. Dados do MapBiomias mostram que, nos últimos 40 anos, ele perdeu 9,25 milhões de hectares, o que equivale a aproximadamente 10% de sua área total. Essa devastação

acelerada não apenas ameaça os serviços ecossistêmicos únicos que o bioma presta, como coloca em risco a própria capacidade do país de cumprir suas metas climáticas.

Os impactos ambientais dessa expansão são profundos. A instalação de uma usina solar exige não apenas o desmatamento, mas também o envenenamento do solo para impedir o rebrotamento da vegetação, o que contamina nascentes. O professor Washington Rocha alerta que a exposição do solo, num bioma de chuvas irregulares, acelera a desertificação. A fauna sofre diretamente: espécies nativas são espançadas, desequilibrando a dinâmica ecológica, e aves são vítimas do “efeito lago”, confundindo os painéis com água, colidindo contra eles e sofrendo queimaduras graves.

Para além dos danos ambientais, os impactos sociais são severos. Carlos Magno, do Centro Sabiá, relata adoecimento e assédio financeiro em comunidades próximas a parques eólicos, onde contratos abusivos são impostos sem consulta livre, prévia e informada. A “Síndrome da Turbina Eólica”, estudada pela Fiocruz e UPE em 2023, afeta a saúde mental de 70% dos moradores entrevistados, que desejam se mudar devido a insônia, irritabi-

lidade, dores de cabeça e ansiedade provocadas pelo ruído e infrassons. Dados mostram que 66% fazem uso de medicamentos para dormir, 54% relatam perda auditiva e 41% sofrem com alergias e dermatites causadas pela poeira das hélices. Até os animais ficam inquietos. Como resume a pesquisadora Moema Hofstaetter, “o discurso é de progresso, de energia limpa, mas o resultado é perda de biodiversidade, perda de modos de vida, de cultura, de água, de comida”.

A contradição atinge até a lógica operacional do sistema. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desliga parques solares no pico de produção (entre 10h e 16h) por excesso de oferta e falta de demanda. No entanto, por volta das 18h, quando a população demanda mais energia, as termelétricas que são altamente poluentes precisam ser acionadas. Esse desperdício de energia limpa, que poderia ser armazenada, evidencia um planejamento irracional.

Enquanto a Absolar defende a energia solar como essencial para a transição energética e a redução de emissões, a realidade é de aumento do desmatamento. Seu argumento de alívio sobre os recursos hídricos é parcialmente válido, mas é minado pelo lobby de Data Centers, que demandam quantidades exorbitantes de energia e água para operar.

Todas essas contradições comprovam que o capitalismo verde é uma falácia. Energia é desperdiçada, biomas são destruídos, comunidades são adoecidas e, paradoxalmente, as empresas solares ainda pretendem cobrar do governo e consequentemente dos trabalhadores, via tarifas pelo tempo que ficam inoperantes. Fica claro, portanto, que não há transição energética genuína dentro da lógica do capitalismo. A verdadeira solução para a crise climática exige não apenas mudar a fonte da energia, mas transformar radicalmente o sistema econômico que explora pessoas e natureza em nome do lucro, demonstrando que não existe transição energética sem o fim do capitalismo.

Nota política do Comitê Central do PCBR

A COP30: ILUSÕES NO “CAPITALISMO VERDE” E ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA

Em novembro deste ano, será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) na cidade de Belém do Pará. É inegável, de qualquer ponto de vista, que a situação climática e ambiental, em nível global, chega a uma situação crítica, fruto do desenvolvimento capitalista acelerado e de uma disjunção entre as condições de produção capitalista e as necessidades humanas e ambientais. A COP30 representa mais um encontro de grandes Estados aglutinados sob a ONU para a “discussão” de como resolver ou mitigar os problemas da crise.

Leia na íntegra em:



Agronegócio e Clima

Trabalho Escravo: Pecuária lidera resgates no Brasil e abastece gigantes multinacionais

Séculos após a abolição, a escravidão persiste no agronegócio brasileiro, beneficiando gigantes como JBS com a conivência do Estado, enquanto a maioria dos resgatados continua sendo a população negra.



Ministério do Trabalho resgata 30 trabalhadores que transportavam gado a pé em trecho de quase 1.000 km na Transamazônica. Foto: Divulgação - ASCOM/Ministério do Trabalho

Em 2024, 2.004 trabalhadores foram resgatados de condições de trabalho análogo à escravidão através de ações fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), valor menor que os 3.190 trabalhadores resgatados em 2023, maior número da última década. A herança da escravidão se encontra concentrada em um setor que acumula privilégios legais e fiscais no Brasil, a agricultura empresarial, representando mais de 80% dos trabalhadores resgatados entre 2003 e 2022. Ainda dentro do Agronegócio, uma porção se destaca, a pecuária, responsável por 46% dos casos totais no mesmo período.

A pecuária brasileira, que se autofiscaliza desde a sanção da Lei do Autocontrole (Lei 14.515/2022 e Decreto 12.126/2024) e recebe bilhões do Plano Safra, concentra 26% dos trabalhadores vítimas de trabalho escravo no país, segundo a série histórica dos registros do MTE. Isso equivale a um total de 17,3 mil trabalhadores sujeitos a condições análogas à escravidão entre 1995 e 2024.

A questão é profundamente grave no Pará, o estado com mais

resgates de pessoas em condições de trabalho análogo à escravidão. O relatório Combate à escravidão moderna no Brasil: estimativa de prevalência e perfil de vulnerabilidade do trabalho forçado e análogo ao de escravo na pecuária no Pará, realizado pela Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF), de 2024, revelou que 31% dos trabalhadores da pecuária haviam sido vítimas de trabalho forçado nos 2 anos anteriores à publicação.

Desde 1995, o setor com maiores números de resgates foi a pecuária, seguida de: produção florestal em florestas nativas, cultivo de café, cultivo de soja, lavouras temporárias e construção de edifícios.

A JBS S.A., maior processadora de carnes do planeta – dona da Friboi, Seara, Swift, Maturatta, entre outras nos ramos de couro, celulose, serviços financeiros, higiene e limpeza, com faturamento líquido de US\$ 77,2 bilhões (ou R\$ 388,7 bilhões) em 2024, conta com diversos fornecedores flagrados utilizando trabalho com condições análogas à escravidão. Apesar de afirmar seguir a “Política de Compra Responsável de Matéria-Prima da JBS

e o Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado do Ministério Público Federal e do Imaflora”, a empresa continua comprando de fazendas autuadas e empresários inseridos na “Lista Suja” do trabalho escravo.

Apesar das constantes denúncias e flagrantes de envolvimento da empresa com trabalho análogo à escravidão e violações ambientais, a JBS evitou entrar na “Lista Suja” recorrendo ao atual Ministro do Trabalho e Emprego. Luiz Marinho decidiu por suspender a inserção da JBS Aves na lista, contrariando a deliberação da área técnica responsável pelo caso.

A prática não se limita à JBS. A concorrente MBRF – proprietária da Sadia, Perdigão, Qualy, entre outras – já foi condenada, no estado do Paraná, por trabalho em condições análogas à escravidão. O frigorífico Mercúrio também é alvo de denúncias por relações com fornecedores pecuaristas que submetem trabalhadores à escravidão.

Um dos limites da fiscalização é a restrição do monitoramento aos fornecedores diretos, que transferem os animais diretamen-

te da fazenda ao abate. Ou seja, os “fornecedores indiretos” ficam de fora da vigilância das empresas e auditorias.

Empresas estrangeiras também se beneficiam do trabalho análogo à escravidão no Brasil. A Santa Colomba Agropecuária, produtora de grãos e sementes, algodão, cacau e tabaco na Bahia, autuada por imposição de trabalho análogo à escravidão, tortura e lesão física sobre empregado, é fornecedora da gigante da indústria química chinesa Syngenta Seeds/ChemChina e da Suíça Philip Morris – dona da Marlboro e Chesterfield, entre outras.

Os dados revelam a persistência do passado escravista e colonial: 137 anos após a abolição, o Brasil ainda convive com a escravidão. Longe de ser uma casualidade, a prática se mostra um elemento persistente e lucrativo para o setor mais privilegiado do país, o agronegócio. A lógica é cruel: enquanto o Estado Burguês garante benefícios fiscais, legais e bilhões em investimentos através de programas como o Plano Safra, é omissa na proteção à dignidade da população trabalhadora.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

